



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

31/10/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	2
2.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	3
2.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMEÇAR DE NOVO.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	7 - 8
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA CRIMINAL.....	9 - 12
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	13 - 15
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	16
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DESEMBARGADORES.....	17 - 22

Coordenação dos Juizados Especiais discute Semana da Conciliação



► Representantes da Corregedoria Geral da Justiça

Representantes da Corregedoria Geral da Justiça, da Coordenação dos Juizados Especiais e da Diretoria do Fórum reuniram-se com advogados e secretários judiciais, no Salão do Júri do Fórum do Calhau, onde discutiram estratégias para a Semana da Conciliação, que acontecerá entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro em todos o país.

Durante a reunião, os advogados fizeram algumas sugestões referentes a diversos aspectos do evento, como a disposição das salas de audiências por empresas, a periodicidade das reuniões realizadas com a coordenação do evento e a quantidade de pautas designadas.

Segundo a juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza, coordenadora dos Juizados Especiais, "a coordenação vai analisar todas as questões debatidas nesse encontro e procurar unir esforços junto à corregedoria, aos magistrados, conciliadores e advogados para realizar o maior número de conciliações possível".

A iniciativa de realizar a reunião foi bem recebida pelos advogados presentes. "Este encontro foi muito produtivo, pois possibilitou uma maior aproximação entre o Judiciário e nós, advogados. Temos todo o interesse em contribuir com a Semana da Conciliação", destacou o advogado Anderson Nogueira.

Visando à garantia de mais celeridade à Justiça, a coordenadora também assumiu o compromisso de dar continuidade ao Movimento da Conciliação, durante todo o ano, nos juizados da capital. "A real intenção do Poder Judiciário é fazer da conciliação um hábito, para o bem de todos", explica ela.

Além da coordenadora, dos advogados e dos secretários judiciais, também estiveram presentes na reunião, a diretora da secretaria da Corregedoria, Sumaya Heluy Sancho Rios, e o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que está respondendo atualmente pela Diretoria do Fórum e pela 7ª Vara Cível.

Semana Nacional da Conciliação

Com o slogan "Conciliando a gente se entende", a campanha da Semana Nacional da Conciliação de 2010, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tem a missão de reduzir o número de processos da justiça brasileira e de propiciar às partes a pacificação do conflito, contribuindo para a promoção da cultura da litigiosidade por meio do diálogo.

Para alcançar os objetivos propostos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) produziu peças publicitárias e vídeos que buscam incentivar o cidadão a participar do evento e realizar o acordo amigável mostrando, assim, que o sucesso da Semana irá depender também dos jurisdicionados.

As mobilizações realizadas em 2009 resultaram em mais de 260 mil audiências e 120 mil conciliações, que levaram à homologação de aproximadamente R\$ 1 bilhão em acordos. Somente na última edição, a Semana atendeu a um público de 485 mil pessoas, número que deve ser ampliado este ano com as parcerias firmadas.

TJ anuncia obras de construção de fórum no interior



Obras do fórum de Maracaçumé estão em fase de conclusão

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia, a partir do dia 8 de novembro, a construção do novo fórum de Caxias. No dia 20 do mesmo mês, serão executadas as obras do fórum da comarca de Mirinzal, na região da Baixada maranhense.

Também se iniciam em 3 de novembro os serviços de reforma e adequação das instalações dos fóruns de Bom Jardim, Amarante do Maranhão e Montes Altos, que vão receber melhorias em suas estruturas físicas.

Em dezembro, o TJMA deve entregar o fórum da comarca de Maracaçumé, cujas obras estão sendo concluídas, e finalizar as reformas dos prédios de Sucupira do Norte, Santa Luzia do Paruá e Buriti Bravo, com previsão para serem concluídas e inauguradas até o final do ano.

Já se encontram em fase de licitação os projetos de construção dos novos fóruns de Mirador, Carutapera, Buri-

tipucu, Estreito, João Lisboa, Carolina, Santa Inês, São Mateus e Loreto.

MODELO PADRÃO - De acordo com o diretor de Engenharia, Antonio José do Lago, os novos fóruns que o Judiciário está construindo obedecem a um modelo padrão, adaptado aos serviços judiciários, com sala de audiência, recepção, gabinete do juiz, secretaria judicial, processamento de dados, estacionamento, arquivo, promotoria, copa, banheiros e depósito.

As melhorias integram as ações planejadas pelo Tribunal para dotar a Justiça estadual de sedes próprias e adequadas ao atendimento da demanda crescente junto às suas unidades judiciais. Somam-se às obras os investimentos feitos em equipamentos e automação dos serviços, além da estruturação do quadro de pessoal das comarcas com a nomeação de novos servidores concursados.

Coordenadores e advogados discutem estratégias para Semana da Conciliação

Representantes da Corregedoria Geral da Justiça, da Coordenação dos Juizados Especiais e da diretoria do Fórum do Calhau reuniram-se com advogados e secretários judiciais, na sexta-feira, dia 29, no salão do júri do fórum, para discutir estratégias para a Semana da Conciliação, que acontecerá de 29 de novembro a 3 de dezembro em todos o país.

Durante o encontro, os advogados fizeram sugestões quanto a aspectos do evento, como a disposição das salas de audiências por empresas, a periodicidade das reuniões realizadas com a coordenação do evento e a quantidade de pautas designadas.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, comprometeu-se em analisar as questões debatidas e em unir esforços junto à Corregedoria, magistrados, conciliadores e advogados para concretizar o maior número de conciliações possíveis.

A iniciativa da reunião foi

bem recebida pelos advogados presentes. "Este encontro foi muito produtivo, pois possibilitou uma maior aproximação entre o Judiciário e nós, advogados. Temos todo o interesse em contribuir com a Semana da Conciliação", destacou o advogado Anderson Nogueira.

Visando garantir mais celeridade à Justiça, a coordenadora assumiu o compromisso de dar continuidade ao Movimento da Conciliação, durante todo o ano, nos juizados da capital. Segundo a coordenadora, a intenção do Poder Judiciário é tornar a conciliação um hábito.

Além da coordenadora, advogados e secretários judiciais, estiveram presentes na reunião a diretora da Corregedoria, Samaya Heluy (também coordenadora-geral da Semana da Conciliação no Maranhão) e o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que responde pela diretoria do Fórum e pela 7ª Vara Cível.

Juíza decreta interdição total da CCPJ

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal e Corregedora de Presídio da Comarca de Imperatriz, emitiu, na quinta-feira (28), a portaria 10/2010 interditando totalmente a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).

A magistrada havia interditado apenas parcialmente a CCPJ, mas agora o presídio foi interditado totalmente e não poderá receber presos até que todas as obras de reformas sejam feitas.

A juíza manteve a interdição da CCPJ para novas inclusões de presos de qualquer Comarca, inclusive de Imperatriz, até que todas as irregularidades ali existentes sejam sanadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, principalmente as referentes ao sistema de segurança daquele presídio.

Nesta mesma portaria, a juíza Samira Barros Heluy revogou os artigos 3º e 4º da portaria 5/2010, que possibilitava a autorização excepcional, pelo diretor da CCPJ, de entrada de presos nas seguintes hipóteses: ocorrência de novas prisões em flagrantes e efetivo cumprimento de mandado de prisão preventiva ou temporária, todos decorrentes de prática de crime hediondo, e se o indivíduo fosse considerado de notória periculosidade.

Portanto, a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) está pleramente fechada e não poderá receber nenhum preso, seja qual for a condição.

Com a interdição das celas da Delegacia Regional e da Delegacia de Davinópolis, só resta a delegacia de João Lisboa para receber novos presos.

Comarca de Urbano Santos atualiza julgamento de presos

O juiz Douglas de Melo, membro do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, acompanhado da juíza Débora Jansen Castro e do Promotor de Justiça, Henrique Hélder de Lima, fez uma visita de inspeção na comarca de Urbano Santos, (localizada a 268 km da capital), onde verificou a situação da delegacia local e dos encarcerados.

Em março deste ano a Promotoria de Justiça da Comarca de Urbanos Santos deu entrada em Ação Civil Pública com obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão e com pedido de medida liminar para interdição das celas, seguida da remoção dos presos para estabelecimentos apropriados, conforme a natureza da pena a que estão submetidos (provisória, preventiva, definitiva, etc.).

O juiz constatou durante a inspeção que lá existem 13 presos condenados e quatro provisórios e constatou as "péssimas condições da infra-

estrutura do prédio e das celas". O magistrado conversou com o delegado Márcio de Moraes sobre a possibilidade de o preso reduzir a pena por cada três dias de trabalho que realizasse na delegacia.

JUSTIÇA - Segundo Martins, mesmo com a "triste realidade" da delegacia de polícia civil do município, a Justiça criminal está cumprindo regularmente o seu papel. A comarca tem um dos maiores percentuais de presos julgados, com quase todos os presos já sentenciados e, conseqüentemente, menos presos provisórios.

"Esses fatos são indicadores do bom funcionamento da justiça criminal na comarca", explica o juiz. Ele parabenizou a juíza Débora Jansen Castro pelo excelente trabalho realizado naquela comarca.

O Grupo de Monitoramento Carcerário já inspecionou as Comarcas de Rosário, Barreirinhas, Humberto de Campos (delegacia interdita) e Icatu.

TJ

Começar de Novo é referência Nacional

O sistema Começar de Novo, desenvolvido por técnicos do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração (Seati), é referência nacional.

Na última quinta-feira, 21, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho do TJ/MA fez uma visita de cortesia ao secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Fábio Gondim, para agradecer o apoio dos técnicos da Seati na concepção, elaboração e implementação do Começar de Novo, que vai ser implantado em todo o País.

"Diversos projetos foram desenvolvidos em todo o Brasil ao custo de R\$ 10 mi a R\$ 100 mi. E, o Começar de Novo, fruto do trabalho dos técnicos maranhenses, foi selecionado pelo Conselho Nacional de Justiça como modelo para a implantação do sistema de cadastramento de beneficiários e parceiros do Programa Começar de Novo (SCN), que vai propi-

ciar à agilidade de ações de reinserção profissional da população carcerária", ressaltou Froz Sobrinho.

O secretário de Planejamento, Fábio Gondim, ao agradecer a visita do desembargador enfatizou a necessidade do equilíbrio e da harmonia entre todos os poderes, o Executivo, Legislativo e o Judiciário. "Precisamos trabalhar em conjunto em busca de um Estado que propicie aos cidadãos o pleno exercício de sua cidadania", assinalou.

Visita - O desembargador Froz Sobrinho também fez uma visita às instalações da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração. Acompanhado do secretário adjunto da Seati, Mário Leonardo Pereira Júnior, o desembargador percorreu todos os setores da Seati para verificar o seu funcionamento, sua forma de trabalho e os seus setores.

Mário Leonardo discorreu para o desembargador os projetos hoje desenvolvidos e executados pela Seati, entre os quais,

o de Portal e Sites, Parque Tecnológico de Impressão, Infovia/MA, Consulta dos processos e Registro de Domínio e o Portal da Transparência do Governo do Maranhão, ferramenta através da qual o cidadão pode exercer a sua cidadania, acompanhando e fiscalizando a aplicação dos recursos públicos, gerado a partir dos impostos pagos pelos contribuintes.

"É incrível o trabalho desenvolvido por vocês (técnicos da Seati) com uma equipe reduzida e um espaço tão pequeno", disse o desembargador Froz Sobrinho ao secretário adjunto Mário Leonardo ao encerrar a visita à Seati.

Numa boa

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, recupera-se muito bem da cirurgia de apendicite a que foi submetido sexta-feira.

Além da boa forma física, contribui decisivamente para a recuperação rápida os mimos da família.

Jamil Gedeon deve ser liberado no fim de semana.

E MAIS

- **Na licença** médica do presidente Jamil Gedeon, a vice-presidente, desembargadora Cleonice Silva Freire, está no comando do Poder Judiciário.



"LIXO CADAVERÍCO"

Há 11 anos, 226 esqueletos humanos estão amontoados em sacos plásticos no IML

Nesta terça-feira, 2 de novembro é comemorado tradicionalmente pelos católicos, o Dia de Finados. Uma grande movimentação de pessoas é esperada nos cemitérios da Ilha de São Luís e toda essa gente tem um objetivo em comum: cultuar seus mortos. Mas para 226 famílias esta "comemoração" ou "adoração póstuma" não deverá ser realizada, pelo menos na forma convencional. Tudo porque uma decisão judicial procedente da 1ª Vara Criminal da Comarca de São José de Ribamar, no ano de 1999, determinou a remoção de 263 cadáveres exumados do Cemitério Parque Jardim da Paz, localizado naquele município.

O motivo da retirada destes quase 300 esqueletos humanos do Memorial Maranhense Jardim da Paz, que é um cemitério particular foi a inadimplência dos familiares dos mortos com o grupo empresarial detentor do campo santo. Nos contratos firmados entre o Contratado e os Contratantes, constam cláusulas claras e objetivas de que, o não-pagamento das taxas de manutenção do cemitério, por parte dos Contratantes, mesmo com "entes queridos usando a morada eterna do local", o "despejo dos inquilinos" será promovido através de Ação Judicial. Portanto, por causa dessa "inadimplência inegociável", 263 cadáveres foram exumados do Jardim da Paz e enviados para o Instituto Médico Legal - IML, para serem "gar-



Crânios humanos espalhados pelo chão e outros esqueletos armazenados em sacos plásticos num pequeno depósito do IML

dados".

Após esta decisão judicial, exatamente no dia 29 de setembro de 1999, deu entrada no IML (Protocolo 8309), o ofício 543/99 datado de 28 do mesmo mês e o material nele mencionado, assinado pelo então delegado de Polícia da Delegacia Especial do Maiobão, Dr. Paulo Roberto Medeiros de Carvalho. Na ocasião foram encaminhados ao Instituto Médico Legal de São Luís, 263 fichas cadastrais de "cadáveres exumados" no Cemitério Parque Jardim da Paz, para que fossem "identificados" através dos exames que se fizessem necessários, inclusive solicitando a presença de familiares dos mortos para identificação. No decorrer dos anos de 1999 a 2000, foram entregues, mediante "Termo de Entrega", 37 esqueletos humanos aos seus respectivos fa-

miliares, ficando ainda "armazenados" em um minúsculo e improvisado depósito chamado de "ossário", localizado nas dependências do IML, 226 esqueletos.

Estes cadáveres estão acondicionados em sacos plásticos, amontoados como se fossem "lixo cadavérico", sendo que devido a ação do tempo, muitas destas embalagens já se desgastaram e romperam, o que resultou numa verdadeira "salada de ossos" no local. De acordo com a foto, pode-se observar crânios humanos espalhados pelo piso do "ossário". Vale ressaltar que após todo esse período, ninguém mais compareceu ao IML para reclamar por quaisquer dos esqueletos, o que, diante do tempo decorrido, leva a diretoria do órgão a inferir que não haja mais interessado no re-

cebimento destes.

Como as 263 ossadas foram entregues ao IML com inscrição de identificação, acompanhadas das respectivas fichas cadastrais fornecidas pelo Memorial Maranhense Jardim da Paz, o Instituto entende que nada pode fazer a não ser, servir de "fiel depositário" das ossadas. O diretor do IML, Dr. Wanderley Sousa da Silva, atesta em expediente enviado em 19 de abril de 2005 para o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ribamar (ofício 869/05-IML-SPTC/SSP), que o órgão não dispõe de espaço

adequado para manter em condições seguras e por muito tempo, estas ossadas. O diretor teme pelo extravio/dano de parte ou total de qualquer destes esqueletos, o que pode ter como consequência, ensejos de o IML ser responsabilizado administrativa, penal ou civilmente pelo caso.

Ainda neste ofício, o diretor do IML solicita que, pelo fato de naquele juízo tramitarem ações referentes a esse objeto, haja a deferência no sentido de desonerar do IML de São Luís, da responsabilidade sobre o depósito das ossadas, bem como fornecer um

local, naquela Comarca, para onde os esqueletos possam ser encaminhados. De acordo com informações da mesma diretoria do Instituto Médico Legal, até hoje, véspera do Dia de Finados de 2009, a 1ª Vara Criminal da Comarca de São José de Ribamar não se manifestou sobre o assunto.

Ninguém quer se responsabilizar pelas ossadas

A falta de manifestação da 1ª Vara Criminal da Comarca de São José de Ribamar sobre a questão dos esqueletos armazenados desde setembro de 1999 no Instituto Médico Legal - IML, fez com que o órgão tentasse buscar solução para esta pendenga. Durante estes dez anos, um mês e quatro dias, diversas correspondências foram enviadas para os órgãos superiores no sentido de dar anuência, bem como buscar uma resposta para a questão.

Em 29 de abril de 2004, por exemplo, foi encaminhado ao então secretário de Segurança Pública Dr. Raimundo Soares Cutrim e que atualmente ocupa esta mesma pasta, correspondência sobre este macabro episódio, porém não houve qualquer tipo de resposta. Em 20 de agosto do mesmo ano e em 19 de abril de 2005, outros ofícios foram enviados para o juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São José de Ribamar, Dr. Márcio Castro Brandão para "desonerar o IML do depósito dessas ossadas", mas não também, não houve resposta.

Em 28 de março de 2006, através de ofício, o caso foi levado também ao conhecimento do então secretário de Segurança Pública do Maranhão, Dr. Raimundo Ferreira Marques, mas até hoje, o caso "Ossadas do Cemitério Jardim da Paz" ainda não teve uma solução definitiva. De acordo com a responsável pelo setor de Tanatologia Forense do IML, Dra. Virgínia Maluf, no primeiro semestre do ano passado, outro expediente foi enviado para a referida Comarca, mas também não houve resposta. Enquanto isso, familiares destes 'esqueletos humanos', ficam sem poder acender velas para cultuar seus mortos, mesmo porque no "ossário" do IML de São Luís não tem área destinada para velório.

CCPJ em Imperatriz não poderá mais receber presos

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal e Corregedora de Presídio da Comarca de Imperatriz, emitiu, nessa quinta-feira (28), a portaria 10/2010 interditando totalmente a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). **(Página 09)**

PORTARIA**CCPJ em Imperatriz não poderá mais receber presos**

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal e Corregedora de Presídio da Comarca de Imperatriz, emitiu, nessa quinta-feira (28), a portaria 10/2010 interditando totalmente a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). A magistrada havia interditado apenas parcialmente a CCPJ, mas agora o presídio foi interditado totalmente e não poderá receber presos até que todas as obras de reformas sejam feitas.

A juíza manteve a interdição da CCPJ para novas inclusões de presos de qualquer Comarca, inclusive de Imperatriz, até que todas as irregularidades ali existentes sejam sanadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, principalmente as referentes ao sistema de segurança daquele presídio.

Nesta mesma portaria, a juíza Samira Barros Heluy revogou os artigos 3º e 4º da portaria 5/2010, que possibilitava a autorização excepcional, pelo diretor da CCPJ, de entrada de presos nas seguintes hipóteses: ocorrência de novas prisões em flagrantes e efetivo cumprimento de mandado de prisão preventiva ou temporária, todos decorrentes de prática de crime hediondo, e se o indivíduo fosse considerado de notória periculosidade.

Portanto, a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) está plenamente fechada e não poderá receber nenhum preso, seja qual for a condição. Com a interdição das celas da Delegacia Regional e da Delegacia de Davinópolis, só resta a delegacia de João Lisboa para receber novos presos.

■ Interdição

O juiz Douglas de Melo, membro do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, acompanhado da juíza Débora Jansen Castro e do promotor de Justiça Henrique Hélder de Lima, fez uma visita de inspeção na comarca de Urbano Santos, onde verificou a situação da delegacia local e dos encarcerados. Em março deste ano, a Promotoria de Justiça da Comarca de Urbanos Santos deu entrada em Ação Civil Pública, com obrigação de fazer, contra o Estado do Maranhão e com pedido de medida liminar para interdição das celas, seguida da remoção dos presos para estabelecimentos apropriados, conforme a natureza da pena a que estão submetidos (provisória, preventiva, definitiva etc.).

■ Inspeção

O juiz constatou, durante a inspeção, que lá existem 13 presos condenados e quatro provisórios e constatou as "péssimas condições da infraestrutura do prédio e das celas". O magistrado conversou com o delegado Márcio de Moraes sobre a possibilidade de o preso reduzir a pena por cada três dias de trabalho que realizasse na delegacia. Segundo Martins, mesmo com a "triste realidade" da delegacia da Polícia Civil do município, a Justiça criminal está cumprindo regularmente o seu papel.

■ Funcionamento

A comarca tem um dos maiores percentuais de presos julgados, com quase todos os presos já sentenciados e, conseqüentemente, menos presos provisórios. "Esses fatos são indicadores do bom funcionamento da Justiça criminal na comarca", explica o juiz, parabenizando a juíza Débora Jansen Castro pelo excelente trabalho realizado naquela comarca. O Grupo de Monitoramento Carcerário já inspecionou as Comarcas de Rosário, Barreirinhas, Humberto de Campos (delegacia interditada) e Icatu. As informações são do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, (foto) foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no “*Legal Forum*”, evento sobre a Justiça realizado pelo Banco Mundial. A apresentação acontecerá no dia 11 de novembro, na sede do Banco, em Washington, capital dos Estados Unidos.



CASAL MORTO NO ARAÇAGI

Após 8 meses do crime, inquérito está parado e família culpa juiz

Passados oito meses da morte do casal Sandra Maria Dourado de Sousa, 47 anos, e Joel J. Bastiaens, 23 anos, o inquérito policial permanece parado à espera de uma decisão judicial sobre o pedido para a quebra do sigilo telefônico dos principais suspeitos, feito pelo delegado que investiga o caso, Carlos Alberto Damasceno, do 7º Distrito Policial (Turu). Familiares do casal acusam o juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar, de ser o responsável pela demora na solução do duplo assassinato. A família ainda denuncia a existência de uma rede criminosa que estaria por trás do duplo crime. **PÁGINA 17**



Sandra e Carlos Alberto: pessoas de alto poder aquisitivo, e até mesmo ligadas ao Governo do Estado estariam envolvidas

CASAL MORTO NO ARAÇAGI

Após oito meses do crime, inquérito está parado e familiares culpam juiz

Para os parentes de Sandra Dourado, os mandantes do crime são o ex-marido da empresária e um sócio dele

Eles reclamam da lentidão nas investigações e pretendem pedir a mudança do delegado responsável pelo caso

POR GABRIELA SARAIVA

Depois de passados oito meses da morte do casal Sandra Maria Dourado de Sousa, 47 anos, e Joel J. Bastiaens, 23 anos, o inquérito policial permanece parado à espera de uma decisão judicial sobre o pedido para a quebra do sigilo telefônico dos principais suspeitos, feito pelo delegado que investiga o caso, Carlos Alberto Damasceno, do 7º Distrito Policial (Turu). Familiares do casal acusam o juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar, de ser o responsável pela demora na solução do duplo assassinato. A família ainda denuncia a existência de uma rede criminosa que estaria por trás da morte de Sandra Dourado e do holandês Joel Bastiaens, em que pessoas de alto poder aquisitivo, e até mesmo ligadas ao governo do estado, estariam envolvidas.

O duplo homicídio aconteceu na manhã do dia 28 de fevereiro deste ano, um domingo, no interior da casa 13, da Rua 20 – loteamento Alto Jaguarema, de propriedade de Sandra Dourado. O casal foi atraído para o local pelo telefonema de um suposto cliente, interessado em comprar o imóvel, colocado à venda pela empresária. Joel e Sandra foram mortos com tiros na cabeça; ela com três e ele com dois. O executor seria um homem que fugiu do local em uma motocicleta.

Em entrevista exclusiva ao

Jornal Pequeno, familiares de Sandra Sousa atribuíram a autoria intelectual do crime ao ex-marido da empresária, Sérgio Damiani, proprietário da Terras Imobiliária; e ao sócio dele, Félix Vinheta Neto. Para a consumação dos assassinatos, eles teriam contratado uma terceira pessoa.

Os familiares revelaram que a empresária tinha um acordo com o sócio do seu ex-marido, Félix Vinheta. Segundo ele, Félix teria contado para Sandra, além de reunir provas, de que Sérgio Damiani havia omitido, durante os trâmites do processo de separação do casal, a existência de um terreno, localizado no Araçagi, avaliado em R\$ 2,7 milhões.

Foi informado que o terreno, adquirido quando Damiani ainda estava casado com Sandra – e por isso ela também teria direitos sobre o imóvel, uma vez que eram casados em regime parcial de comunhão de bens, foi vendido para o Supermercado Maciel, sem o conhecimento da empresária. “Não sabemos por que Félix contou isso para minha irmã, mas Sandra me confessou, dias antes de ser assassinada, que ele chegou a ameaçá-la de morte caso contasse ao ex-marido que havia sido seu sócio quem tinha passado as informações. Minha revolta é que até hoje, Félix nunca foi chamado para depor”, declarou a professora Ana Cláudia Dourado de Sousa, irmã da empresária.

De acordo com a família de Sandra, o delegado Damasceno

teria afirmado que existiu a participação, na cena do crime, até mesmo de policiais militares. Investigando o caso por conta própria, parentes da empresária teriam descoberto que PMs que trabalham na área próxima ao local do crime recebiam dinheiro de Damiani e de Félix; um deles identificado como sargento Trindade, responsável pela segurança particular de Sérgio, chegou a ameaçar de morte o irmão de Sandra, Elbert Dourado de Sousa.

Os familiares disseram ter tomado conhecimento de que Damiani e Félix estariam envolvidos com grilagem de terras; e que o segundo acusado também teria participação no comércio de drogas na capital maranhense.

Eles afirmaram ainda que foram informados da existência de pessoas ligadas ao governo do estado por trás do duplo homicídio.

"O crime já está elucidado. O delegado já afirmou que, quem matou minha irmã e meu cunhado, foram Sérgio e Félix, e que só não pode prendê-los por falta de provas. Nossa família inteira tem convicção de que foram eles. Uma dúvida existente nas investigações é o que teria motivado com que Félix voltasse a se unir com Sérgio para matar minha irmã. Nós queremos saber o que impede o juiz Márcio Brandão de autorizar a quebra do sigilo telefônico, uma vez que foi um telefonema que atraiu as vítimas para o local do crime. Se ele não conceder essa quebra, nós já decidimos que vamos denunciá-lo ao Ministério Público", afirmou Ana Cláudia Sousa.

Outro ponto contestado pela família da empresária é o fato de que Damiani, após a morte de sua ex-mulher, ter se apropriado dos bens dela, colocando até mesmo placa de aluguel em um de seus imóveis. "Se Damiani é o principal suspeito do crime e estava separado da minha irmã, queremos saber o porquê de ele está se apossando dos bens de Sandra que, de direito pertencem aos filhos dela", questionou Cláudia Sousa.

Relacionamentos – Segundo a família de Sandra Dourado, a empresária e Sérgio Damiani foram casados por um período de 10 anos. A separação do casal teria ocorrido em virtude de desentendimentos profissionais que passaram a interferir na relação conjugal.

Os familiares contaram que o empresário, antes de casar com Sandra, vivia em um seminário e de lá saiu depois que se envolveu em um escândalo, por ter engravidado uma mulher. Nessa época, teria sido Sandra Dourado que ajudou Damiani, conseguindo um lugar para ele morar, uma vez que os dois se conheciam da mesma igreja. Foi a partir desse momento, segundo parentes da vítima, que o casal se aproximou e iniciou o relacionamento, assim como sua vida profissional, com negócios em comum. "Foi Sandra quem fez Sérgio na vida. Foi ela quem o tirou do buraco. E quando ele começou a se envolver com quem não prestava, como Félix, eles começaram a brigar. Damiani pode mentir para quem quiser, mas o mandan-



As vítimas do duplo homicídio estavam juntas havia quatro anos

te da morte de nossa irmã foi ele", desabafou outro parente da empresária.

A família também contestou a versão apresentada de que a empresária teria sido infiel ao ex-marido. Um dos familiares contou que o relacionamento de Sandra com o holandês Joel Bastians só teve início após quatro anos que a empresária havia se separado, mas que Sérgio ainda não havia se conformado com o fim do casamento, pedido pela própria ex-mulher. "Chegaram a inventar que Joel era envolvido com tráfico de drogas. Isso nunca ocorreu. Ele era uma pessoa maravilhosa, boa, honesta e trabalhadora", declarou um dos parentes de Sandra.

Durante aproximadamente um mês, conforme relatos da família, os criminosos tentaram matar o casal, uma vez que os dois foram atraídos várias vezes ao local do crime, sob o pretexto de que um cliente gostaria de ver a casa, que estava com anúncio para venda. O duplo homicídio só não foi deflagrado em dias anteriores porque os dois estavam sempre acompanhados de outras pessoas.

Durante o velório e o enterro de Sandra, Sérgio teria pedido para comparecer ao local, mas a família não aceitou. Entretanto, isso não impediu que Félix Vinheta comparecesse, acompanhado, segundo os parentes da vítima, de um pistoleiro. "Para desviar a atenção dos verdadeiros culpados, começaram a inventar uma série de mentiras sobre Sandra, inclusive que ela tinha sido morta por conta de agiotagem. Não existe nada que conteste a idoneidade e a honestidade dela. Agora é muito estranho que Félix, que é

casado com uma procuradora do Estado, já tenha inclusive dado um jeito de sair de São Luís", declarou um familiar.

Providências da família – Desde o início das investigações, as famílias das duas vítimas vêm buscando esclarecimentos constantes junto à polícia. Um grupo chegou a se reunir, por várias vezes com o delegado geral da Polícia Civil, Nordman Ribeiro; e, na época, com o secretário de Segurança Pública, Raimundo Cutrim.

Descontente com a demora para a elucidação do duplo assassinato e com o fato de que ninguém foi preso, a família afirmou que já está se mobilizando para cobrar explicações do juiz Márcio Brandão por ele não ter deferido os pedidos de quebra de escuta telefônica feitos pelo delegado que investiga o crime. Eles também disseram estar descontentes também com o delegado, e afirmam que vão pedir junto à Secretaria de Segurança seu afastamento das investigações, e que o caso seja encaminhado para uma delegacia especializada, como a de Homicídios ou para a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), devido à grande repercussão que teve o duplo homicídio. "Porque um crime de tanto destaque como este ainda permanece sendo investigado em uma delegacia de bairro e não em uma delegacia especializada como a de Homicídios ou na Seic, ainda mais que uma vítima foi um estrangeiro?", questionou Cláudia Sousa.

Os familiares ainda afirmam que irão à Assembleia Legislativa pedir que seja instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para atuar na investigação do crime. Foi dito que a

mãe do holandês Joel Bastiaens, até o final do ano, estará se deslocando para São Luís a fim de pedir solução para o caso.

Unida com a família de Sandra, ela está pedindo ajuda ao governo da Holanda para intervir junto ao governo brasileiro, exigindo a solução do crime. "Queremos fazer também um apelo à governadora Roseana Sarney para que tome alguma providência para que este caso seja resolvido o mais breve possível. Ela não disse que irá fazer o melhor governo de sua vida, pois que comece elucidando este crime", ressaltou Cláudia Sousa.

Em relação à afirmação de que as testemunhas estariam recebendo ameaças de morte, Cláudia declarou que as ameaças que ela tem conhecimento se referem à sofrida por uma moradora próxima do local do crime, identificada apenas como Lúcia, que teria conversado com Sandra, minutos antes dos assassinatos. O irmão da empresária, também chegou a receber ameaças. "Em relação às testemunhas o que notamos foi que todas aquelas que foram convocadas se apresentaram com o mesmo advogado, o de Damiani", declarou Cláudia.

O que diz a polícia – Durante uma conversa com a reportagem do JP, o delegado à frente das investigações, Carlos Alberto Damasceno, titular do 7º DP – no Turu, explicou que o crime que resultou na morte de Sandra Dourado e Joel Bastiaens não teve testemunhas que possibilitassem a identificação de seus autores. Por esse motivo, ele disse que a única maneira de provar quem são os mandantes e o executor é por meio de uma investigação com base na quebra dos sigilos telefônicos, uma vez que as vítimas foram atraídas várias vezes ao local do crime, por meio de telefonemas.

Segundo o delegado, depois de convocar várias pessoas para prestar depoimentos na delegacia, o primeiro passo tomado foi pedir a quebra de sigilo telefônico, de dados e de escutas, dos celulares de Joel e Sandra. Essa quebra foi concedida pela Justiça, e permitiu que a polícia relacionasse datas, números, horários e local de onde falavam, como suspeitos e para serem investigados. Depois disso, conforme Carlos Damasceno, de posse de números e horários, dentro das datas suspeitas, o delegado solici-

tou a quebra de sigilo de dados e escuta desses telefones suspeitos. Esse pedido teria sido enviado desde o mês de agosto de 2010 e até hoje não obteve resposta. "A quebra solicitada era tanto dos aparelhos quanto da própria linha, isso é, teríamos informações de antena, mensagens e dados salvos tanto no aparelho quanto no chip, e assim estabelecer a ligação entre os mandantes, executor, as vítimas e o local do crime. Sem o deferimento do pedido não temos como concluir o inquérito, uma vez que não tem outra forma de provar. Estamos, portanto, amarrados", explicou Alberto Damasceno.

O inquérito hoje está sob juízo, sem o retorno para o 7º DP, no aguardo do deferimento dos pedidos. De acordo com o delegado, a motivação do crime pode não ser nenhuma das colocadas anteriormente e pode estar ligada a algo que até mesmo a família desconhece; e as vítimas, na verdade, podem ter sido mortas por uma queima de arquivo, ligada a uma questão de cunho mais forte e que envolve pessoas muito afortunadas de São Luís. Ele deu detalhes da investigação, afirmando que três pessoas são tidas como suspeitas, entre elas o ex-marido de Sandra e o sócio dele. "A questão do terreno não declarado pelo empresário Sérgio Damiani ajuda a explicar muita coisa, mas não é o motivo principal do crime", afirmou Carlos Alberto Damasceno.

O delegado ainda informou que o suspeito de ser o executor do casal foi identificado e pertence a uma rede criminosa grande, mas as testemunhas não o identificaram: "Todas as pessoas que foram intimadas a prestar depoimento receberam algum tipo de ameaça de morte", declarou.

A reportagem procurou o delegado geral Nordam Ribeiro que, questionado sobre a possibilidade de o caso ser direcionado para a Delegacia de Homicídios ou para a Seic, destacou que o delegado distrital é o que tem mais conhecimento da situação e outro profissional não saberá tanto quanto ele que esteve no local. "O problema é que o delegado Alberto Damasceno está sendo tolhido pela Justiça, que não responde aos pedidos feitos por ele. Conheço o trabalho do investigador Damasceno e o mesmo costuma ser extremamente competente no que faz", declarou Nordam Ribeiro.

O delegado geral também explicou quando é que um caso pode ser encaminhado para a Delegacia de Homicídios. Segundo ele, quando o crime não tem autoria e quando passa de 30 dias para ser solucionado. Entretanto, de acordo com Nordam Ribeiro, os delegados da Homicídios não teriam condições de pegar mais este inquérito, uma vez que estão sobrecarregados com outras investigações. "Afastar um delegado de um caso é uma coisa muito séria. Se ele não tivesse interesse por aquele trabalho isso poderia acontecer, mas o que tenho constatado é que Damasceno vem cumprindo com o seu papel. Se o delegado não tivesse interesse, não teria feito as solicitações à Justiça. Não é a Seic ou a Homicídios assumindo o caso que ele vai ser resolvido. O que vai resolver é o trabalho que vem sendo feito e o que ainda será realizado, quando o delegado tiver suas solicitações atendidas", enfatizou.

A redação deste matutino tentou ouvir o empresário Sérgio Damiani, porém o telefone da imobiliária dele, conseguido por meio da internet, só chamou durante as tentativas de ligações feitas. No entanto, o JP deixa o espaço aberto para que ele faça a defesa e/ou esclarecimentos que achar necessário; oportunidade que também é concedida ao seu sócio, Félix Vinheta.



Sandra Dourado e Joel Bastiaens foram executados com tiros em suas cabeças numa manhã ensolarada de domingo

Justiça não pode ser responsabilizada, afirma Márcio Brandão

Ouvindo pela reportagem do **Jornal Pequeno**, o juiz Márcio Brandão disse repudiar as declarações do delegado e dos familiares de que ele seria o culpado pela paralisação do inquérito, informando que não poderia fornecer detalhes do caso pelo fato de o mesmo está em sigilo de Justiça. Por esse motivo, o juiz afirmou que também não poderia dizer se autorizou ou não quebra de sigilo telefônico.

Para ele, as declarações do delegado Carlos Alberto Damasceno teriam sido motivo de surpresa, ressaltando que a polícia tem é que fazer as investigações e aquilo que não conseguir realizar pedir ajuda à Justiça. E que Alberto Damas-

ceno seria sabedor de que tudo o que foi pedido teve o seu devido encaminhamento. "Eles não podem atribuir a paralisação do inquérito por falta de ação da Justiça. Não cabe ao juiz fazer o trabalho da polícia, do Ministério Público ou de companhia telefônica", declarou Márcio Brandão.

O magistrado afirmou ainda que fez tudo de forma célere e que deu resposta a todos os pedidos da polícia; e que, se o caso não anda, a culpa não é da Justiça. Márcio Brandão contou ainda que o delegado nunca o procurou para reclamar pelo fato de não ter autorizado a quebra do sigilo, assim como nunca teve contato com os familiares das vítimas.

Brioche, chiclete e arrogância

José Luiz Oliveira de Almeida*

Fui juiz titular da 7ª Vara Criminal de São Luís do Maranhão por longos 18 anos. Nesse período amealhei muitos desafetos, inspirei muita antipatia, como sói ocorrer. Não porque tivesse cometido alguma arbitrariedade ou porque tivesse sido injusto com os jurisdicionados. É que, sendo rigoroso, sobretudo com os roubadores, estimei a má fama de duro e insensível. Nesse contexto eu não fui estimado pelos parentes e amigos dos acusados de assalto, e muito menos pelos seus advogados, os quais, em face das minhas convicções acerca dos crimes praticados com violência contra a pessoa, tinham os pleitos de liberdade provisória, ou relaxamento de prisão, sistematicamente indeferidos.

A par do exposto, a conclusão mais do que óbvia é que julgar não é tarefa fácil, conquanto seja nobre. Daí a inevitabilidade das malquerenças, das inimizades, das incompreensões, dos dissabores. Julgando, é forçoso convir, tem-se que desagradar. Não existe julgador bonzinho. O julgador criminal só é bom quando absolve ou concede liberdade ao autor do fato. O magistrado que, ao reverso, nega um pedido de liberdade provisória ou que se decida pela condenação do autor do fato, não é visto com bons olhos, sobretudo pelos acusados e seus familiares.

É preciso convir, no entanto, que há muitas fantasias e inverdades acerca da atuação de determinados magistrados; fantasias e inverdades que terminam por açular as malquerenças. Muito do que se fale e se comente acerca desse ou daquele magistrado, com efeito, é pura invenção criadora, conquanto se tenha de admitir que há muitas verdades estarecedoras envolvendo preclaros julgadores.

Todavia, tem-se que convir que, por conta dessas verdades, criam-se histórias, plantam-se notícias, usam e abusam do "direito" de achincalhar, de prejudicar, sem se importar com as consequências, com a dor e com o sofrimento que são infligidos às famílias dos magistrados vitimizados. E, o pior, é que, com o tempo, essas fantasias passam a compor a nossa história. E, quando isso acontece, não adiante tentar reverter a situação, pois na testa da vítima restará indelevelmente marcado o estereótipo.

Lembro, nesse sentido, que, muitas vezes, ouvi das mães de acusados que eu era tido e havido como um homem mau, razão pela qual tinham medo, pavor, de conversar comigo sobre a situação dos filhos presos ou que apenas respondiam a processos na 7ª Vara Criminal.

Pura sacanagem! Essa fama de mau foi construída por alguns desafetos gratuitos; exatamente aqueles que não suportam a dili-

gência, o desvelo profissional e a postura moral do semelhante.

Por homem mau passei e nada pude fazer para desmistificar essa ignomínia, porque essa invencionice foi disseminada de tal forma, que não houve mais retorno.

Muitos dos que tiveram a oportunidade de conviver comigo, apesar desse estereótipo, chegaram à conclusão de que tudo não passava mesmo de maldade, de pura perfídia; os que não tiveram acesso a minha pessoa certamente que, até hoje, me têm na conta de um homem mau e insensível.

Esse estigma – e outros tantos – também prejudicou a minha ascensão profissional. Foi por essas e outras que fui o único juiz da capital impedido de integrar a terceira lista de promoção por merecimento, consecutivamente. É que muitos não suportavam a idéia de a Corte ser composta por um ser tão insuportável – além do mais, arrogante, prepotente e mau.

Pura maldade! Pura sacanagem! Insídia pura! Deslealdade plena!

Mas não foi só isso que os desafetos fizeram comigo. Para eles ainda era pouco. Era preciso, de qualquer forma, impedir que um ser tão "execrável" ascendesse, para não contaminar a pureza do ambiente do nosso Sodalício.

Vou contar uma historinha que seria hilária, não fosse pensada apenas como um ingrediente a mais para prejudicar a minha ascensão profissional.

Registro que lembrei-me desse episódio, a propósito do que ocorreu com Maria Antonieta, a quem se atribuiu, sem nenhuma prova, o conselho que teria dado aos franceses famintos para que comessem brioche. O resultado dessa mentira, todos sabem.

Pois bem. Determinado dia, estando eu realizando uma audiência, uma testemunha apresentou-se com a boca cheia de goma de mascar. A proporção que tentava responder às minhas indagações, a testemunha deslocava a goma de mascar dum lado para o outro, a ponto de escorrer saliva pelos cantos da boca.

Percebendo o desconforto da testemunha, puxei um balde de lixo que estava sob a minha mesa, e pedi a ela que jogasse fora a goma de mascar, no que, claro, fui atendido prontamente.

Nessa época, insta anotar, eu era um dos fortes concorrentes à promoção por merecimento para segunda instância.

Pois bem. Esse fato ocorreu numa sexta-feira, pela manhã. Na segunda-feira, quando fui a Tribunal de Justiça, para "trabalhar" a minha promoção, estando na sala do presidente, Des. Jorge Rachid, entra um desembargador, hoje aposentado, o qual, na frente de todos os presentes, antes mesmo de um

bom dia, dirigiu-se a mim, com ar de, digamos, deboche, para afirmar:

– *Dr. José Luiz, o juiz brabo da Comarca.*

Em seguida, olhou para os circunstantes e arrematou, sem perder tempo:

– *Com o Dr. José Luiz ninguém tem direito nem de mascar chicletes.*

Pronto! Depois disso, ninguém teve mais dúvida: eu não podia mesmo ser promovido, pois a minha arrogância tinha chegada ao ápice e a minha presença, por isso, faria muito mal ao Tribunal.

Muito pensaram: um homem capaz de proibir o uso de goma de mascar em seu gabinete é capaz de qualquer coisa.

Não tive direito de resposta. Ninguém nunca me indagou se o fato era verdadeiro ou não, afinal, a afirmação tinha sido feita por um desembargador. Nesse sentido, quem ousaria questionar?

Registre-se, por oportuno, que, como previsto, não fui promovido por merecimento. Por essas e por outras inverdades que plantaram sobre a minha pessoa, tive que esperar a antiguidade, convindo destacar que até cartas anônimas foram distribuídas no Tribunal, apontando-me como incendiário e desagregador, tudo para obstar a minha promoção. A minha luta, a minha dedicação, o meu empenho de nada valeram. O que valia mesmo era a certeza de que eu, sendo arrogante, bem não faria ao Tribunal, como se o Tribunal fosse composto de pessoas humildes, como se nos Tribunais não vicejassem, a plena carga, a arrogância e a prepotência.

Hoje, aqueles mesmos que disseminaram que eu era arrogante, são forçados a admitir que tudo não passava de fantasia.

Fazer o quê? Agora é tarde. A minha carreira foi prejudicada pelo que não fiz. O meu único consolo é que nunca deixei de ser feliz, nunca deixei de me dedicar ao trabalho, nunca deixei que as injustiças tirassem o meu estímulo, nunca perdi uma noite de sono pensando no mal que me fizeram.

Hoje, para o desprazer dos meus desafetos, tenho convicção de que a minha ascensão não está nem próximo do que de melhor aconteceu na minha vida; tenho-a, até, como um fardo difícil de carregar, quase insuportável.

O exercício do poder não me fascina, definitivamente. O poder pelo o qual muitos são capazes de matar ou morrer, para mim é apenas um compromisso; nada mais que isso. Saberei, pois, a hora de sair da ribalta e deixar o pano cair. Não sou do tipo que se apega ao poder com unhas e dentes.

*É desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

E-mail: jose.luz.almeida@globo.com

Blog: joseluizalmeida.com